

# Estupros aumentam e maioria ocorre em casa, revelam dados

Menores e pessoas com necessidades especiais são principais vítimas no ambiente familiar, afirma delegado

SHEILA ALMEIDA  
DA REDAÇÃO

O estupro foi o crime que mais aumentou na Baixada Santista de 2017 para 2018: 42,5%, conforme a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Mas não é só um problema de polícia. É em casa que o delito mais ocorre. Segundo o delegado do Departamento de Polícia Civil e diretor do Departamento de Polícia Judiciária do Interior-6 (Deinter-6), Manoel Gatto Neto, o número pode aumentar. Para frear a situação, só com aplicação das leis e mudança cultural, dizem especialistas.

Foram 351 ocorrências na região em 2017 e 500 registros do ano passado. Para comparação, o roubo de carga, o segundo crime que mais cresceu no período, na Baixada, teve alta de 17,6% (de 426 para 501).

Gatto avalia que uma das razões é educacional cultural: 86% dos casos ocorrem em ambiente familiar. A maioria, contra incapazes – menores de idade ou pessoas com necessidades especiais, diz o delegado.

“Interroguei vários casos e, principalmente no Vale do Ribeira, eram do pai contra a própria filha. A resposta deles era sempre a mesma: ‘Eu fiz a minha filha, eu tenho que ser o primeiro’. É um crime cultural”, aponta.

Para a doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e coordenadora de mestrado em Psicologia e Políticas Públicas na Universidade Católica de Santos (Unisantos), Maria Izabel Calil Stamato,



Odara: responsabilidade é geral

a imagem feminina pesa. “A imagem da mulher foi construída como figura frágil na sociedade, o que contribui para que o homem se sinta no papel de mais forte e se coloque fisicamente numa relação de superioridade, posse e poder. Não é só um ato de violência”, diz.

BASTA?

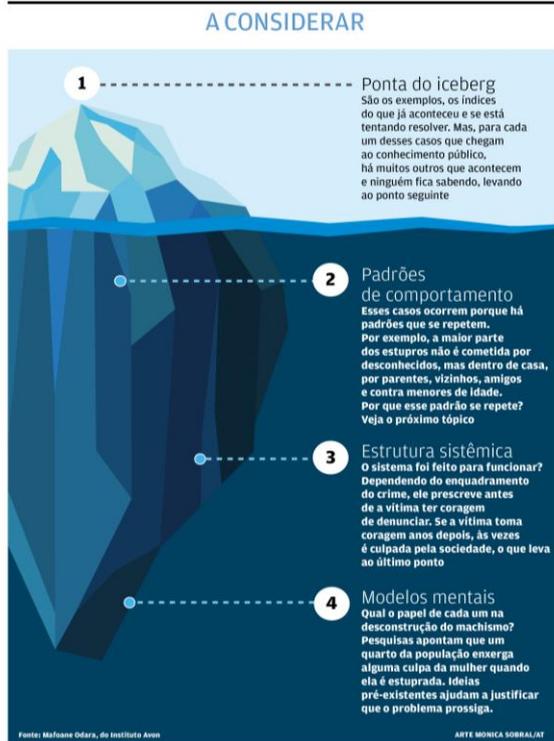
Para Mafoane Odara, mestre em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora de projetos voltados à violência contra a mulher no Instituto Avon, “a gente para a discussão na página dois e não segue. As estatísticas são só a ponta do iceberg. A questão é saber como fazer para essa violência não acontecer”, diz ela, ao usar o iceberg como figura de linguagem (veja infográfico).

Odara entende que a questão só mudará quando houver consciência de que a responsabilidade é de todos, diminuindo-se o

machismo e, como exemplificado pelo delegado, a cultura do estupro. “Um dos erros é naturaliz-

zar frases como ‘Quero uma novinha’ ou ‘Ela está precisando de sexo’. Expressões que usam sexo como

correção naturalizam modelos mentais que causam repetições de comportamento”, explica, dando ou-



## ESTATÍSTICAS

Município	2017	2018
Bertioga	9	22
Cubatão	13	32
Guarujá	67	73
Itanhaém	65	65
Mongaguá	15	33
Peruibe	31	35
Praia Grande	65	109
Santos	39	73
São Vicente	47	58
<b>Baixada Santista</b>	<b>351</b>	<b>500</b>
<b>Comparação</b>		<b>42,5%</b>

Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública

## REALIDADE

86

por cento dos estupros de vulnerável são entre parentes ou conhecidos

15

por cento das vítimas de estupro são do sexo masculino

trous exemplos.

“Tenho um filho de 5 anos com tamanho de (uma criança de) 8. Em vez de ensinar que ele não pode bater no amigo porque o outro é menor, preciso dizer: ‘Você é forte, você é alto. A sua força machuca’. Ou seja, você não ensina que ele tem poder. Você ensina a se responsabilizar pela própria força.”

Num segundo momento, segundo a profissional, será a hora de parar de falar em enfrentar violência. “Precisamos ensinar a construir relacionamentos saudáveis entre todos. Se você não é parte do problema, tem que ser parte da solução. Todos somos responsáveis”, considera a especialista.

## Há mais informação e confiança

■ Pelo menos três razões engrossam estatísticas de estupro: vítimas com mais informação para denunciar, confiança maior na justiça e mudança nas leis.

A explicação é do promotor de justiça e coordenador da pós-graduação em Ciências Criminais do Complexo de Ensino Renato Saraiva, Rogério Sanches.

“Não podemos esquecer que a expressão estupro é

utilizada num sentido mais amplo hoje (não só conjugação carnal). E houve a criação de delitos que antes não tinham tipificação. Ressalto o caso em que homem ejaculou numa moça, no metrô, e ficou a dúvida: qual era o crime? Criou-se o contra a importunação sexual em 2018”, exemplifica.

Outro fator apontado por Sanches é a intolerância do sistema penal: delegados,

promotores e juizes estão cada vez mais rigorosos diante de comportamentos de violência contra a mulher. “Existe ainda o machismo, sim. Mas está mudando para melhor”.

O delegado de polícia e diretor do Deinter-6, Manoel Gatto Neto, acrescenta que muitas vítimas estão, agora, contando fatos de anos atrás.

“Temos casos contabiliza-

dos, ano passado, de dois, cinco, oito anos atrás. É uma demonstração inequívoca de que a pessoa passou a acreditar no sistema”, diz.

POR OUTROLADO

Mesmo assim, as estatísticas atuais não são consideradas superdimensionadas. Gatto observa que, segundo estudos, só 10% dos casos são notificados em todo o mundo. As viti-



Sanches: Justiça é mais rigorosa

mas deixam de comunicar por medo do agressor, falta de testemunha ou por vergonha.

“No Brasil, até pouco tempo atrás, uma mulher estuproada sentia desonrada. Na Índia, o estupro coletivo também é cultural. Agora que as mulheres estão se rebelando. A Suécia é o país onde, proporcionalmente, há o maior número de casos de estupro do mundo, seguido de Inglaterra e País de Gales. Hoje é que a sociedade não aceita mais e está encorajando as vítimas”, diz o delegado.

## Promotor cobra aplicação da lei

■ A punição prevista em lei contra crimes sexuais seria perfeita se fosse cumprida. Essa é a crítica do promotor de justiça Rogério Sanches.

Ele lembra que, em situações de estupro contra vulneráveis, por exemplo, quem é culpado pode pegar de oito a 15 anos de prisão. Entretanto, não é o que acontece, o que, em seu ponto de vista, reforça a sensação de impunidade, o medo de novas denúncias e estatísticas irreais.

“A pessoa deveria cumprir uns 15 anos. O problema é que, cumprindo dois

## TELEFONES

Delegacias de Defesa da Mulher

- >> Cubatão: 3363-2141
- >> Guarujá: 3355-4468
- >> Mongaguá: 3507-1708
- >> Peruibe: 3455-7665
- >> Praia Grande: 3471-4044
- >> Santos: 3235-4222
- >> São Vicente: 3468-7763

quintos, (o equivalente a) seis anos, o presidiário ganha direito a progressão, vai para o regime semiaberto – como em Mongaguá, por exemplo (onde há um

Centro de Progressão Penitenciária) – e, como não tem vaga, segue para o (regime) aberto. Isso é um absurdo”, diz.

Para ele, o Brasil faz reformas “picadinhas”: altera-se um capítulo do Código Penal, cria-se outra lei, mas a aplicação das mudanças esbarra em burocracia e não há infraestrutura para se tornarem realidade. “É preciso uma reforma com os pés no chão para tornar realidade a punição que já existe na lei.”

LEIA AMANHÃ, COMO RECONHECER SINAIS DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES